

Algumas Considerações sobre a *Liberalitas* de Trajano na *Gratiarum Actio* de Plínio¹

Ana Teresa Marques Gonçalves

Résumé:

Le but de cet article est présenter quelques réflexions sur la réhabilitation de la vertu de la Liberalitas pendant le Principat et son inclusion dans le discours de Pline, comme une qualité qui intégrais le caractère éthique de l'empereur Trajan.

Gaius Plinius Caecilius Secundus nasceu provavelmente em 62 d.C. em Como, cidade do norte da Itália. Sua família não pertencia à antiga *nobilitas* romana, mas enquanto *equites romani* seus familiares exerceram cargos importantes em seu próprio município, conquistando amigos entre os membros da ordem senatorial, cuja influência facilitou a promoção de Plínio a altos cargos da administração imperial (Sherwin-White, 1969, p. 76).

Ele foi adotado por seu tio, Plínio, o Velho, por testamento em 79 d.C. Tal fato, suas ligações de família e uma boa educação, permitiram-lhe iniciar a carreira senatorial e a prática das leis. Como demonstra Adalberto Giovannini, foi durante o governo de Domiciano que Plínio solidificou sua carreira, exercendo cargos importantes e de confiança do governante, como o de *quaestor caesaris*, o de tribuno e o de Prefeito do *aerarium* militar (Giovannini, 1986, p. 233-236). Tornou-se senador com apenas vinte e oito anos. Estudou com os mais famosos professores de literatura de Roma — retórica latina com Quintiliano e retórica grega com Nicetas de Esmirna.

Sob o governo de Trajano chegou a Prefeito do *aerari saturni*, ao *augurato* e ao consulado. Foi *Consul Suffectus* indicado pelo próprio imperador em setembro de 100 d. C. No ano seguinte foi nomeado governador

¹ Este artigo foi produzido a partir de uma monografia feita para o curso “Os Imperadores Romanos da Espanha: Trajano e Adriano”, ministrado pela Prof. Dr. Maria Luiza Corassin, no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP.

da Bitínia (*Legatus Augusti pro Praetore Consulari Potestate*). Acredita-se que tenha falecido nesta província por volta do ano de 112 d. C. (Sherwin-White, 1985, p. 72).

De sua produção literária restam-nos nove volumes de cartas enviadas para seus amigos (247 cartas escritas entre 96 e 108 d. C.) e 14 cartas enviadas a Trajano, com algumas respostas dadas pelo imperador, além do chamado *Panegyricus*, ou seja, o texto de uma *gratiarum actio* por ele apresentada em 100 d. C., após a sua ascensão ao Consulado. Desde os tempos de Augusto, tornara-se uma prática corrente e obrigatória a enunciação de um agradecimento ao imperador pela indicação de cidadãos considerados aptos ao Consulado. Este discurso era apresentado aos senadores e nem sempre contava com a assistência do imperador a quem ele era dedicado. Não se sabe ao certo se ambos os cônsules deveriam discursar ou se, como ocorreu com Plínio, apenas um deles falava em nome dos dois agraciados com o cargo público.

Sabe-se que Plínio revisou sua *gratiarum actio* antes de sua publicação, o que era uma prática usual, ampliando o seu conteúdo, ao acrescentar informações e ornamentos retóricos. Como o discurso foi lido no Senado em setembro, mês de férias dos senadores, acredita-se que sua platéia tenha sido formada apenas por amigos convidados, que durante três sucessivos dias ouviram a ação de graças de Plínio (Radice, 1968, p. 166). Ele jamais denominou seu discurso de agradecimento de *Panegyricus*, um título usualmente dado a textos que buscam ressaltar as qualidades dos imperadores reinantes e que foi muito comum no Baixo Império como forma de propaganda política das ações imperiais. A expressão *Panegyricus* foi utilizada pela primeira vez para denominar a *gratiarum actio* de Plínio por Sidônio Apolinário no V século d. C. e mantida pela tradição manuscrita. Esta denominação tardia se solidificou com a publicação no século XVI da coleção *XII Panegyrici Latini*, na qual a primeira obra é exatamente a de Plínio, seguida por discursos produzidos bem mais tardiamente, mais precisamente entre os anos de 289 e 389 d. C. (Sabbah, 1984, p. 363).

Em algumas passagens da obra, Plínio ressalta que quer agradecer a sua indicação para substituir o próprio Trajano no Consulado e não adulá-lo. Mas ao reconhecer as boas qualidades do governante estaria enfatizando ainda mais a sua indicação, pois vinda de um bom príncipe a escolha de seu nome tornava-se mais importante. Logo na introdução do discurso ele afirma:

Que em minhas palavras resplandeçam a independência, a sinceridade, a verdade, e que minha ação de graças fique longe da aparência de adulação como longe está de ser uma forçada necessidade (Panegírico, 1).

A seguir ressalta:

Mas devemos dar cumprimento à resolução do Senado, segundo a qual se estimou conveniente, em proveito público, que pela boca do cônsul e a título de ação de graças, os bons príncipes reconheçam o que fazem e os maus o que deveriam fazer (Panegírico, 4).

Ao final da obra, Plínio enfatiza esta idéia e acrescenta:

Pois como é mais justo e mais honroso odiar os maus príncipes mais por causa de sua injúrias comuns do que pelas privadas, assim também é mais nobre estimar os bons príncipes pelos benefícios que outorgam ao gênero humano do que os que outorgam a alguns homens. Mas como é costume que os cônsules, uma vez terminada a pública ação de graças, testemunhem também em seu próprio nome o que devem ao príncipe, concedam-me que faça uso desta prerrogativa não só em meu nome, mas também no de meu colega e ilustre varão Cornuto Tertulo (Panegírico, 90).

O formato do discurso de Plínio acabou marcando uma época e influenciando as gerações posteriores, que passaram a aproveitar este espaço oratório para transmitir opiniões, que faziam parte do ideário político-ideológico aristocrático. Como Plínio enfatiza: “Que se distinga por nossos discursos a diversidade dos tempos” (Panegírico, 2).

A forma criada por Plínio de apresentar o soberano, através de uma listagem de suas boas qualidades e das consequências agradáveis que elas traziam para a sociedade, acabou influenciando toda a atividade panegirista do Baixo Império. Trajano é descrito na obra como um governante piedoso, moderado, humano, *felix*, leal, forte, bom general e, principalmente, como liberal, ou seja, generoso, grande detentor da virtude da *Liberalitas*, o que o faria ser um grande distribuidor de benesses com equidade. Por ser generoso, ele buscaria garantir a liberdade e seria *primus inter pares*:

Cada um conservava em tua presença a mesma autoridade que tinha em tua ausência; mais ainda, a maior parte via aumentar o seu respeito precisamente porque tu os respeitava (Panegírico, 19).

Qualquer um que se aproximava permanecia a teu lado e era a própria discrição de cada um que impunha fim à conversa, não a tua soberba. Somos regidos por ti e a ti estamos submetidos, mas da mesma maneira que o estamos às leis. Elas moderam sem dúvida nossas ambições e paixões, mas convivem conosco e entre nós. Sobressais e brilhas como a honra e o poder que estão acima dos homens, mas que contudo pertencem aos homens. Os príncipes que te precederam por desdém para conosco ou por um certo medo da igualdade haviam perdido o uso dos pés. Eles eram colocados nos ombros e transportados por escravos acima de

nossas cabeças, mas a ti te transportam acima destes príncipes a fama, a glória, o amor dos cidadãos e a liberdade (Panegírico, 24).

Plínio busca com estas e com várias outras passagens demonstrar a importância da existência de uma troca entre o governante e a aristocracia. Esta troca é a base da virtude da *Liberalitas* no Principado. Era a generosidade do imperador que fomentava uma relação de reciprocidade política com as ordens mais elevadas do cenário social romano. Todavia, nem sempre a *Liberalitas* foi considerada uma virtude fundamental pelos romanos.

Durante a maior parte do período republicano, a *Liberalitas* foi encarada como uma louvável qualidade. Cícero, por exemplo, a colocava entre as virtudes estoicas, junto com a *modestia*, *temperantia*, *comitas*, *iustitia* e a *fides*, vendo-a como sinônimo de *benignitas* e *beneficentia*. Ela era vista como intimamente ligada ao relacionamento que se estabelecia entre os homens no interior de uma dada sociedade. A *Ilberalitas*, por sua vez, era vinculada ao vício da *avaritia*. A *Liberalitas* seria, assim, uma disposição para se realizar algo que gerasse um *beneficium* para alguém. Era importante que a demonstração desta virtude promovesse a ligação da comunidade como um todo e que gerasse ganhos imediatos. A disposição de ser generoso, liberal, era mais importante do que a prática da liberalidade em si, principalmente em seu sentido filosófico. Entretanto, na prática política, na qual a *Liberalitas* ganhou uma conotação nova, a troca que se estipulava entre o doador e o receptor de benesses acabou levando a uma modificação profunda no conteúdo da própria palavra *Liberalitas*, a ponto dela ganhar um sentido negativo no período das guerras civis que antecederam o Principado.

Entre a concepção filosófica e a prática política se formou um hiato cada vez mais profundo, que acabou por gerar o declínio desta virtude no final da República. No sentido filosófico, a *ostentatione* deveria ficar longe da *Liberalitas*, pois a primeira qualidade atribuída ao liberal seria a completa ausência de interesse próprio. O bem feito aos outros teria um valor em si mesmo. O doador deveria utilizar os seus próprios recursos e conceder benefícios constantes ao maior número possível de pessoas.

Contudo, o que prevaleceu no final do período republicano foi a *Liberalitas* enquanto prática política, onde os benefícios eram distribuídos a grupos previamente escolhidos por sua força e atuação política, de forma inconstante e pensada para que garantissem uma retribuição. Na luta entre as facções aristocráticas, os favores foram se tornando particulares e tendo como principal objetivo a conquista de votos. A despesa com doações só era efetuada se garantisse alguma forma de retorno político ao doador. Segundo C. E. Manning, foi principalmente após a ditadura de Sula que a *Liberalitas* adquiriu uma conotação pejorativa, pois passou a ser vinculada

a todos os desmandos eleitorais que estavam ocorrendo (Manning, 1985, p. 77). Sua prática acabou por alterar o seu valor ético e o seu sentido filosófico. Ela, que era interligada à própria noção de *Libertas* romana, pela sua derivação do radical *Liber*, passou a ser encarada como uma falsa generosidade, uma prática perigosa que estava contribuindo para a situação de *stásis*, pois através dela os agentes sociais se emaranhavam de tal forma numa rede de interesses, trocas e retribuições que a própria liberdade de pensamento e ação ficava comprometida. A palavra permanecia a mesma, mas o seu conteúdo se modificou e o sentimento que ela gerava sofreu profundas mudanças no pensamento romano. No final da República, *Liberalitas* era uma palavra usada como um eufemismo para cobrir subornos eleitorais (Manning, 1985, p. 78).

Destarte, deve-se notar que a *Liberalitas* não era uma qualidade a ser ostentada entre iguais, mas oferecida por um superior a inferiores em *status* e/ou em riqueza. Sêneca demonstrou este fato ao vincular a *Liberalitas* à *clementia* e à *miserericordia*. Estas duas outras qualidades não eram exercidas entre pessoas que estavam em igualdade de posições sociais, mas entre um ser clemente e misericordioso superior e seus subordinados. Foi exatamente esta característica da *Liberalitas* que garantiu o seu resgate e a sua reabilitação no final do I século d. C., quando apesar dos discursos continuarem afirmando que o imperador era o *primus inter pares*, na prática ele era superior a todos os demais cidadãos.

Pode-se listar três formas da *Liberalitas* manifestando-se no que se refere à sua conotação política: a puramente privada oferecida a parentes e amigos próximos; a oferecida a comunidades locais na Itália e nas províncias; e a oferecida pelos candidatos às magistraturas romanas ao *populus* ou a partes deste. Foi a má utilização deste terceiro tipo que levou a uma desvalorização do conceito de liberalidade na República.

Já no Principado, a prática da terceira forma de expor a *Liberalitas* ficou cada vez mais restrita ao Príncipe ou a alguns senadores que respondiam aos impulsos imperiais. Desde que o acesso às magistraturas e aos governos provinciais passou a ser controlado pelos Príncipes, a luta eleitoral diminuiu e os favores advinham quase que exclusivamente do imperador. Entre os aristocratas restou a demonstração da prática dos dois outros tipos de *Liberalitas*: a generosidade individual e a generosidade dirigida às comunidades locais, que revelava um interesse patronal, e mesmo estas são vistas como concessões do imperador (Nicols, 1980, p. 367). As trocas políticas efetivadas através da liberalidade de uns em benefício de outros foram se adaptando a um novo contexto.

Após a aceitação da posição superior do Príncipe frente aos seus comandados, a sua generosidade para com seus subordinados facilitou a rea-

bilitação da virtude em questão. A generosidade do Príncipe, quando exercida com justiça e de forma racional, era segura, pois o imperador não estava competindo com outros aristocratas em liberalidade, do mesmo modo que os nobres republicanos competiam entre si. Ele estabelecia com os aristocratas uma troca e não um conflito e com o *populus* uma cumplicidade. Sem regras sucessórias definidas, os imperadores preferiram restringir à sua pessoa a virtude da liberalidade.

Como o Príncipe detinha um *status* superior ao dos senadores, estes também podiam ser alvo da generosidade imperial. As benesses políticas mantidas pelos aristocratas eram divulgadas como sendo doações do imperador e não como conquistas de um embate sócio-político. Enquanto responsável por garantir a ordem civil, o Príncipe deveria evitar conflitos sociais, restringindo à sua pessoa a tomada de decisões estatais e a distribuição dos cargos públicos. Desta forma, estabeleceu-se uma troca entre o imperador e a aristocracia, na qual os dois lados buscaram obter vantagens seguras, como podemos observar pela análise da mensagem política presente na ação de graças de Plínio.

Nesta obra, a *Liberalitas* já aparece como uma qualidade novamente louvável, mas restrita à figura imperial e aos senadores que a promoviam contando com a aprovação do soberano. Plínio busca coadunar o valor filosófico com a prática política, apresentando-a ora como uma generosidade desinteressada, ora como uma aberta troca de interesses entre o imperador e a aristocracia. Apesar de ser posto como o mais eminente dos homens, o Príncipe na visão pliniana precisa do apoio dos aristocratas para manter-se como tal. Plínio em várias passagens enfatiza esta troca política que se estabelecia entre Trajano e os senadores, como as transcritas a seguir:

Agora Príncipe e Senado rivalizam em estima pelos mais dignos. Mutuamente fazemos as propostas e é mútua nossa confiança (...). O César aprova e desaprova o mesmo que aprova e desaprova o Senado (Panegírico, 62).

Nós te amamos na medida em que tu o mereces. Sem dúvida, não fazemos pelos teu amor, mas pelo nosso próprio amor, e que não amanheça o dia. César, em que façamos votos por ti não por nossa própria utilidade, mas por nossa lealdade (Panegírico, 68).

Os senadores agradeciam, deste modo, a salvação, a liberdade e a segurança fornecida por Trajano; três condições fundamentais para que mantivessem seus privilégios econômicos e suas prerrogativas políticas. Trajano disciplinou o exército e acalmou os generais favoráveis a Domiciano (Panegírico, 15-19); ao voltar a Roma não causou desordens, evitando os confiscos de bens na Itália e nas províncias (Panegírico, 20), chegando mes-

mo a devolver o que havia sido anteriormente confiscado (Panegírico, 50); conteve os delatores (Panegírico, 24); restringiu o poder dado até então aos libertos (Panegírico, 88), aproximando os senadores do imperador; e diminuiu os impostos (Panegírico, 38). Além disso, distribuiu cargos entre os nobres:

Agrada-te a firmeza dos cidadãos e, ao contrário do que outros faziam, não abates os caracteres sérios e vigorosos, mas os estimulas e elevas (...). É a estes a quem ofereces os cargos honoríficos, os sacerdócios, as províncias. São eles os que prosperam sob tua amizade e estima (Panegírico, 44).

E soube também respeitar os magistrados, aos quais ele mesmo havia escolhido entre os aristocratas, sendo portanto liberal não apenas ao delegar novas benesses, mas ao não retirar as já possuídas pelos nobres:

Jamais rebaixou o direito nem a autoridade de nenhum magistrado, pelo contrário os aumentou, já que a maioria dos assuntos os remetia aos pretores (Panegírico, 77).

Como era devido, Trajano utilizou os seus próprios bens para demonstrar a sua generosidade, evitando utilizar o erário público, mesmo quando era necessário auxiliar as províncias, como foi o caso do Egito num período de seca prolongada (Panegírico, 31-33). Durante seu governo, Trajano, às suas próprias expensas, ofereceu jogos (Panegírico, 33), aumentou o circo (Panegírico, 51), reparou construções privadas e públicas (Panegírico, 50-51) e fomentou as doações públicas através dos *congiaria* e das *alimenta*, nos quais nenhum cidadão deveria ser esquecido, buscando-se atingir a maior parte possível da comunidade romana, como convinha a uma real demonstração de *Liberalitas* na visão de Plínio. E ele deixa esta concepção bem clara nas seguintes passagens de seu texto:

Com que generosidade se fez a distribuição. Quanto cuidado puseste em que ninguém ficasse privado de tua liberalidade (...). Magnífica obra. César, e digna de ti: unir pelo gênio da munificência as terras mais longínquas, levar a liberalidade às mais longas distâncias, opor-se ao azar, sair ao encontro da fortuna e esforçar-se por todos os meios para que nenhum dentre a plebe romana, ao se fazer a repartição, deixasse de compreender que era um ser humano antes de ser um cidadão (Panegírico, 25).

Mas o que resulta mais grato a quem recebe é saber que o que é dado não foi tirado de ninguém, e que se tantas pessoas enriqueceram, somente o Príncipe se fez mais pobre, ainda que nem sempre isto é certo, pois quem pode dispor quando queira quanto possuem todos os demais, possui ele sozinho tanto quanto todos os demais juntos” (Panegírico, 27).

Estas distribuições feitas à plebe também interessavam aos aristocratas, pois como coloca Plínio: a nobreza sem o povo é como uma cabeça sem corpo que, por falta de sustentação e de equilíbrio, terminará por cair. Não adianta proteger os grandes se apressa-se a decadência do Império ao deixar a plebe desprotegida (Panegírico, 26). Por isso, a liberalidade deve ser constante, garantindo a própria segurança do Estado e dos cidadãos que o formam. Ela deveria estar de acordo com o patrimônio pessoal do imperador, já que ele havia suprimido as oferendas voluntárias (Panegírico, 41). Patrimônio este que deveria ser declarado e verificado:

Repartistes o donativo militar, oferecestes o *congiantium*, moderastes os impostos (...). Que se acostume o imperador a contar com o Império e a dar contas ao Império: que publique seus gastos. Somente assim ocorrerá que não se assinará o que se tem vergonha de publicar (Panegírico.20).

Plínio expõe o que a aristocracia podia oferecer a Trajano em troca de tantas benesses: apoio político, segurança física e respaldo econômico, chegando a comentar que a guarda mais fiel de um Príncipe era a sua própria inocência (Panegírico, 49), que nada parecia tão de Trajano como o que ele possuía por intermédio dos amigos (Panegírico, 50), e que o imperador não poderia ser feliz sem os senadores, como estes não poderiam ser felizes sem o imperador (Panegírico, 72). Como trata-se de uma fonte que reitera pontos de vista aristocráticos, produzida por um senador para ser apreciada por um auditório composto por outros senadores, observamos que ela privilegia a troca de favores que se estabelecia entre o imperador e a aristocracia, sem fazer muitas referências à forma como a plebe e os militares agradeceriam a generosidade imperial.

Plínio tanto apresenta os aristocratas como *amici* do soberano, o que lhes dá uma certa igualdade de posição social, quanto reconhece a superioridade política do governante, pois, segundo ele, era menor o benefício que Trajano recebia do que o que outorgava (Panegírico, 6):

Ainda que não pudeste igualá-los (os senadores) contigo, apesar de teu desejo, os colocaste tão alto que se os vê sobre passar aos demais na mesma medida em que tu te sobrepõe a eles (Panegírico, 61).

O autor busca também vincular a *Liberalitas* do imperador à manutenção de uma certa *Libertas* mínima no interior da comunidade política, por meio do estímulo a uma certa liberdade de pensamento e de ação dos senadores. Desta forma, a generosidade imperial não se revelava apenas através da concessão de benefícios materiais, mas inclusive mediante uma sensação de segurança e liberdade que inundava a alma dos nobres. Ou como afirma Plínio:

Havia amanhecido o primeiro dia de teu consulado quando, entrando na Cúria, tu nos exortaste, tanto a cada um em particular quanto a todos em geral, a recobrar a liberdade, a nos ocuparmos das tarefas do Império, a velar pelos interesses públicos e a nos erguermos (...). Nos ordenas ser livres, o seremos; nos ordenas manifestar claramente nossos sentimentos, os manifestaremos (Panegirico, 66).

Ao dar um novo espírito a uma obrigação, que era a declamação da *gratiarum actio*, Plínio nos delegou uma visão acerca da relação estabelecida entre Trajano e a aristocracia, em tudo o que ela tinha de real e de idealizada. Pintando o contraste entre o *Dominatio* do passado e o *Principatus* do presente, ele enfatiza os serviços que o bom governante deveria prestar a *patriae, propinquis, adfinibus et amicis*, nesta ordem de grandeza e interesse, por conta de sua generosidade. Nada o obrigava, no que se refere às leis, a ser generoso ou a respeitar as prerrogativas senatoriais. Mais uma vez os nobres dependiam da boa vontade do Príncipe. Por isso buscam enfatizar a importância da ocorrência de um governante liberal e as vantagens políticas que poderiam advir da demonstração da liberalidade, como a não formação de uma força oposicionista com a qual o Príncipe teria que aprender a lidar.

Sendo assim, Plínio soube ressaltar as qualidades de Trajano, enfatizando exatamente a sua generosidade e a forma como ela poderia ser aproveitada politicamente e em termos de propaganda para justificar e legitimar as ações imperiais. Ao invés de conquistas sociais se fazia crer que existiam doações governamentais; no lugar de vários liberais competindo entre si, existiria apenas uma generosidade concentrada na figura do imperador. Entretanto, não se trata de uma *Liberalitas* ilimitada. A justa medida e a racionalidade de sua aplicação foram sempre lembradas. Os gastos nas concessões deveriam ser limitados para que não se fizesse necessário o confisco de bens, da mesma forma que se deveria atentar para os receptores das benesses e a forma da distribuição. Só deste modo, respeitando estes preceitos éticos e políticos, poderia-se afastar a *Liberalitas* tanto da *avaritia* quanto da *luxuria*.

Esta virtude estava, portanto, reabilitada no governo de Trajano. Contudo, seu conteúdo e sua demonstração foram adaptados ao novo contexto social, que se formara após o governo de Otávio Augusto. Ela era um oferecimento do Príncipe para os seus subordinados. Uma análise cuidadosa do texto de Plínio revela que o Príncipe não estava no mesmo nível de autoridade dos aristocratas. O Senado era consultado, mas não detinha o poder de decisão final. As prerrogativas senatoriais eram doações que poderiam ser retiradas a qualquer momento, dependendo das relações estabe-

lecionadas entre as forças sociais. Se a generosidade do Príncipe não fosse tão importante, não haveria a necessidade de Plínio ter escrito a sua *gratiarum actio*, agradecendo a sua indicação para o Consulado.

“

Bibliografia

Fontes textuais

PLINE. *Lettres de Pline le Jeune suivies du Panégyrique de Trajan*. Paris: Ernest Flammarion, 1933.

_____. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Traducción de Luis Escolar Barena. Madrid: Aguillar, 1969.

Obras

AUBRION, E. Pline le Jeune et la Rhétorique de l’Affirmation. *Latomus*. Bruxelles, t.34, n.1:90-130, 1975.

CALBOLI, G. Pline le Jeune entre Pratique Judiciaire et Éloquence Épictétique. *Bulletin de l’Association Guillaume Budé*. Paris, t. 44, n. 4:357-374, 1985.

GARNSEY, P. & SALLER, R. *The Roman Empire*. London: Duckworth, 1987.

GIOVANNINI, A. Pline et les Délateurs de Domitien. *Fondation Hardt*. Genève, 33:219-248, 1986.

MANNING, C.E. *Liberalitas* — The Decline and Rehabilitation of a Virtue. *Greece and Rome*. Oxford, v.32, n.1:73-83, 1985.

NICOLS, J. Pliny and the Patronage of Communities. *Hermes*. Wiesbaden, t. 108, n. 3:365-385, 1980.

PEREIRA, M.H.R. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. v.2.

RADICE, B. Pliny and the Panegyricus. *Greece and Rome*. Oxford, v. 15, n. 2:166-172, 1968.

SABBAH, G. De la Rhétorique à la Communication Politique: les Panégyriques Latins. *Bulletin de l’Association Guillaume Budé*. Paris, t.43, n.4:363-388, 1984.

- SALLER, R. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: University Press, 1982.
- SHERWIN-WHITE, A. N. Pliny, the Man and his Letters. *Greece and Rome*. Oxford, v. 16, n. 1:76-90, 1969.
- _____. *The Letters of Pliny*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.